

Educação superior no contexto do cárcere: um relato de experiência sobre a inclusão no ensino superior de mulheres apenadas

*Higher education in the context of prison: a
report of experience about the inclusion in
higher education of women preys*

Eunice Maria Nazareth Nonato

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), professora do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, mestre em Educação pela Universidade Vale do Rio Verde (Unin-Cor), graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale) e em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale). Atuou, até início de 2010, como docente e professora auxiliar no grupo de pesquisa sobre Intolerância Religiosa e Direitos Humanos do Centro Universitário Metodista IPA, em Porto Alegre. E-mail: eunice.nonato@metodistademinas.edu.br

Clemildo Anacleto da Silva

Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo, mestre em Educação, professor, coordenador do grupo de pesquisa sobre Intolerância Religiosa e Direitos Humanos do Centro Universitário Metodista IPA, em Porto Alegre. E-mail: clemildo.silva@metodistasul.edu.br

RESUMO

O presente artigo mostra o resultado parcial de uma pesquisa realizada no Presídio Feminino Madre Pelletier (PFMP), em Porto Alegre, entre março de 2006 e março de 2009, onde ocorreu um curso de graduação em serviço social, oferecido na modalidade regular, pelo Centro Universitário Metodista IPA (Instituto Porto Alegre) às apenadas, agentes penitenciários(as) e funcionários(as) da Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe). O estudo objetivou conhecer como se daria a experiência do IPA no contexto do cárcere, realizando a formação acadêmica desta população. A formatura das

primeiras alunas integrantes do Projeto Madre Pelletier ocorreu em 2009. Utilizou-se neste estudo a metodologia de estudo de caso. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas e por meio de observação participante de todo o processo vivenciado pelo IPA dentro do PFMP. Os resultados obtidos com o projeto demonstram a significativa relevância social da inclusão de mulheres apenadas no ensino superior.

Palavras-chave: Ensino superior. Motivação. Educação. Mulheres apenadas.

ABSTRACT

This article shows the partial results of a research conducted at the Madre Pelletier women's prison (PFMP, acronym in Portuguese) in Porto Alegre between March 2006 and March 2009, where it an undergraduate course in social work was offered in regular mode by the IPA (Porto Alegre Institute) Methodist University Center to inmates, correctional officers and employees of the Superintendent of Correctional Services (Susepe, acronym in Portuguese). The study aimed at finding how the experience of IPA would happen in the context of the prison, offering higher education to that population. The graduation of the first student members of the Madre Pelletier Project happened in 2009. In this study it was used the case study methodology. Data collection took place through semi-structured interviews and through participant observation of the whole process experienced by IPA inside the PFMP. The results obtained from the project show the significant social importance of the inclusion of imprisoned women in higher education.

Keywords: Higher education. Motivation. Education. Imprisoned women.

RESUMEN

El presente artículo presenta el resultado parcial de una pesquisa realizada en el Presidio Femenino Madre Pelletier (PFMP) en Porto Alegre, entre marzo de 2006 y marzo de 2009, donde fue ofrecido en modalidad regular un curso superior de servicio social por el Centro Universitario Metodista IPA (Instituto Porto Alegre) a las condenadas, agentes penitenciarios(as) y funcionarios(as) de la Superintendencia de Servicios Penitenciarios (Susepe). El estudio buscó conocer cual seria la experiencia de IPA en el contexto de la cárcel al ofrecer formación académica a esta población. La graduación de las primeras alumnas del Proyecto Madre Pelletier ocurrió en el año 2009. En este estudio fue utilizada la metodología de estudio de caso. La recolección de datos se llevó a cabo a través de entrevistas semi-estructuradas y por medio de la observación participante de todo el proceso vivido por el IPA en el presidio. Los resultados obtenidos en el proyecto demuestran la significativa relevancia social de la inclusión de mujeres condenadas en la educación superior.

Palabras clave: Enseñanza superior. Motivación. Educación. Mujeres condenadas.

Breve apresentação do projeto e questões metodológicas

O marco inicial da experiência, em análise neste estudo, deu-se em outubro de 2005, quando o Centro Universitário Metodista IPA propôs à Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (Susepe) a realização de parceria para a criação de uma turma de ensino superior para as apenadas do Presídio Feminino Madre Pelletier (PFMP). A Susepe define a política penitenciária do Estado e dispõe sobre a organização dos serviços necessários à sua execução. Subordinada à Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS), é o órgão estadual responsável por estabelecer esse tipo de parceria e ainda por realizar a execução administrativa das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança e restritivas de direito do Estado do Rio Grande do Sul.

O vestibular foi realizado em dezembro de 2005. Um total de 15 apenadas prestou o exame, e todas foram aprovadas. Em janeiro, foi realizado novo processo de seleção e mais dez apenadas realizaram o exame, das quais oito aprovadas, perfazendo um total de 23 mulheres ingressantes no curso. A turma foi composta com 42 estudantes: 23 apenadas e 19 funcionários(as) da Susepe que atenderam aos critérios para comprovação da “carência”, nos termos estabelecidos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e pelo regulamento de bolsas do IPA.

O curso realizado no presídio caracteriza-se por ser oferecido na modalidade regular e obedecer à mesma composição curricular do Projeto Pedagógico do curso ofertado no *campus* central do IPA, que possui 20 aulas semanais. O projeto prevê que as alunas que conseguem o benefício da progressão do regime fechado para o semiaberto ou as que cumprem integralmente as penas podem continuar o curso no *campus* central do IPA.

Trata-se, pois, da apresentação de resultados parciais de estudo de caso, realizado entre março de 2006 e março de 2009, a partir da experiência do IPA de abrir um *campus* universitário, dentro do já referido presídio, para oferecimento de curso de graduação às apenadas, agentes penitenciários(as) e funcionários(as) da Susepe.

O campus vai até o cárcere

Até aquele ano (2005), o PFMP não dispunha de processos educativos nem de espaços adequados, e o “ir ao” cárcere exigiu que o IPA estabelecesse um *campus* universitário dentro do presídio, com a estrutura básica que possibilitasse a formação acadêmica proposta. Esse espaço foi constituído com duas salas de aula, uma sala de informática e uma biblioteca.

Além do investimento na rede física, o IPA, dentre os levantamentos realizados, constatou que havia poucas mulheres com ensino médio

O curso realizado no presídio caracteriza-se por ser oferecido na modalidade regular e obedecer à mesma composição curricular do Projeto Pedagógico do curso ofertado no *campus* central do IPA

“Ir ao” cárcere exigiu que o IPA estabelecesse um *campus* universitário dentro do presídio, com a estrutura básica que possibilitasse a formação acadêmica proposta

completo, mas várias com essa modalidade a concluir. Como decisão estratégica, para alcançar o maior número possível de apenadas, indicou, entre os(as) professores(as) da educação básica do Colégio Americano¹, aqueles(as) que, com vasta experiência na educação de jovens e adultos, poderiam realizar uma preparação para o vestibular daquelas mulheres que estavam há muito tempo sem estudar, e, ao mesmo tempo, oferecer, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a conclusão do ensino médio para aquelas com estudos inconclusos.

O trabalho realizado obteve resultados satisfatórios, especialmente em relação à motivação e interesse daquelas que, sem esperanças de que alguma coisa boa pudesse lhes acontecer naquele espaço, não acreditavam que o projeto proposto viesse de fato a ocorrer.

Todos os custos do projeto ficaram sob a responsabilidade do IPA, inclusive a reforma do espaço físico, assim como os equipamentos, como forma de “afirmação e compromisso com políticas afirmativas para a população carcerária no Rio Grande do Sul”.²

Presas e agentes penitenciários(as) fazem faculdade dentro da prisão

Essa se constituía como a primeira experiência de uma instituição de ensino superior dentro de uma casa de detenção com atendimento a presas, funcionários(as) e agentes, colocando, naquele momento, a integração entre carcereiros e encarcerados como grande desafio a ser enfrentado, o que possibilitou a todos(as) os(as) estudantes, universidade e Susepe significativas aprendizagens.

A “turma diferente” foi marcada por relações conflitivas, cooperativas, solidárias, discriminatórias, competitivas, como em qualquer outra escola, ou outra turma, mas houve necessária mediação das(os) professoras(es) e o correspondente respeito por parte das apenadas, funcionários(as) e agentes, de modo a possibilitar uma convivência de “colegas”.

Pra mim foi normal porque no momento que eu botei, no momento que eu entrei na porta da sala de aula eram os meus colegas. Lá fora é uma coisa e cada um faz o seu serviço. Tinha os conflitos, alguma coisa que nós não podíamos fazer ou falar, só que tem que imperar respeito. Eu sempre conversava com meus colegas e falava: “Gurias, isso aqui é sala de aula, a gente está estudando, se tem alguma coisa que incomoda espera para falar fora daqui”. No início tinha aquela coisa, polícia é polícia, bandido é bandido. E o professor M. R. começou a terminar com isso. Nós achávamos que

¹ O Colégio Americano integra a Rede Metodista de Educação no Rio Grande do Sul.

² Conforme consta do termo contratual/plano de trabalho, firmado pelos signatários Susepe e IPA.

O projeto Madre Pelletier se constituía como a primeira experiência de uma instituição de ensino superior dentro de uma casa de detenção com atendimento a presas, funcionários(as) e agentes

A “turma diferente” foi marcada por relações conflitivas, cooperativas, solidárias, discriminatórias, competitivas, como em qualquer outra escola, ou outra turma

eles iriam ter privilégios e nós não, e eles achavam que nós iríamos ter privilégios e eles não. (ANA³, 1^o de outubro de 2008)

Os relatos feitos mostram que “sempre” houve uma demarcação de espaço, isto é, presas se sentavam de um lado, agentes e funcionários(as) de outro, e durante as atividades em grupo as atividades eram cumpridas com respeito. Há registro de alguns se negarem a realizar o trabalho com “preguiçosas, que dormiam o dia inteiro” sob a alegação de não se dedicarem aos estudos: “Porque com algumas não dá mesmo... e são sempre as mesmas... não fazem nada e não vamos aceitar isso, se não colaboram com o grupo, conosco não ficam” (Diário de campo, 16 de outubro de 2008).

Durante visitas de campo, percebia-se que “coisas” eram ditas em voz mais alta, para que fossem ouvidas. Naquele espaço, tinha-se a sensação de que as pessoas faziam essas falas de modo intencional, provocando uma possível reação dos responsáveis pelo projeto. Havia uma necessidade de mostrarem o quanto colegas presas eram “irresponsáveis” e não mereciam o tratamento que recebiam do IPA.

Normalmente, os elogios feitos às apenadas ocorriam quando funcionários(as) e agentes estavam conosco em situações de entrevista ou conversas informais. Individualmente, funcionários(as) e agentes mantiveram um discurso quase unânime de reconhecimento da situação de superação que as apenadas demonstraram durante a realização do curso, de reconhecimento de muitas transformações percebíveis no comportamento e na vida das apenadas.

Naquele espaço, em razão da proposta do projeto, que inicialmente era destinado às apenadas e não a funcionários(as) e agentes, havia por parte de todas(os) a compreensão de que eles só estavam tendo a mesma oportunidade porque não houve o número suficiente de apenadas com ensino médio para a composição da turma, e esse foi um dos aspectos identificados durante nossa pesquisa como outro fator determinante de várias relações conflitivas e algumas vezes desafiadoras até para as(os) professoras(es), a quem cabia diretamente uma atitude institucional, no momento em que o fato ocorria.

Muitas vezes, durante esses três anos, as aulas foram suspensas porque alguma detenta estava de castigo. Sem intenção de entrar no mérito do castigo, era necessário que professores e/ou a coordenadora salientassem que fora realizado um convênio entre o IPA e a Secretaria de Justiça para que um curso de graduação fosse ministrado às apenadas, portanto, num determinado período do dia elas deveriam ser

“Sempre” houve uma demarcação de espaço, isto é, presas se sentavam de um lado, agentes e funcionários(as) de outro

Funcionários(as) e agentes mantiveram um discurso quase unânime de reconhecimento da situação de superação que as apenadas demonstraram durante a realização do curso

³ Os nomes verdadeiros das(os) entrevistadas(os) foram mantidos em sigilo.

liberadas para que assistissem às aulas e fossem cumpridos dias letivos e carga horária, conforme a legislação do ensino.⁴

Com o transcorrer do tempo, algumas direções do presídio conseguiram perceber que era necessário separar a prática da instituição prisional da prática da instituição de ensino, conforme relato:

Algumas direções do presídio conseguiram perceber que era necessário separar a prática da instituição prisional da prática da instituição de ensino

Ontem o responsável pela segurança encontrou um cabo de vassoura na galeria da Analice. Elas usam o cabo para passar droga de uma cela para outra. Ele achou a vassoura sem o cabo e perguntou por que estava assim, a Andréia, não sei não... é muito difícil, disse que gostava da vassoura assim. Ele recolheu o cabo e ela jogou a vassoura nele. Ele deu a ela 30 dias de castigo. Eu deixei porque não posso desautorizar, mas deixei passar e hoje chamei ele aqui e conversei, pedi para ele repensar, pois ela não pode ficar perdendo aula assim. Pedi a ele para chamar e dizer a ela que ele iria autorizar que ela fosse assistir às aulas, mas que era uma oportunidade que ele estava dando para que ela não fizesse isso novamente. Ainda vou decidir se abro um processo administrativo contra ela, porque também não posso deixar isso acontecer [...]. (Diretora do presídio, 20 de janeiro de 2009)

Analice foi, durante nossa pesquisa, dentre as detentas, “aquela” lembrada por todas(os) as(os) colegas e professoras(es) como a mais “rebelde”, mais “indisciplinada”. No primeiro ano do curso, foi necessária uma liminar judicial para que ela conseguisse frequentar as aulas, mesmo estando de castigo. Vários relatos sobre ela, no entanto, evidenciam que o curso lhe possibilitou construir outras formas de sociabilidade. Parte da longa entrevista com Analice, transcrita abaixo, talvez tenha em si a síntese desse estudo de caso. Nessas falas, vê-se o perfil de quem, dentre as mais de 400 encarceradas residentes no presídio, é a mais punida com castigos de 30 dias em cela isolada, incomunicável, sem banho de sol, recebendo somente alimentação. Analice mostra seu caráter determinado, sua condição como “delinquente”, como mãe, como pessoa vítima de muitas formas de agressão e exclusão social

Analice mostra seu caráter determinado, sua condição como “delinquente”, como mãe, como pessoa vítima de muitas formas de agressão e exclusão social

⁴ Essa era uma política adotada pelo IPA que contrapunha, de certo modo, algumas práticas de “boicote” às atividades desenvolvidas no presídio, como, por exemplo, “esquecer de buscar as presas” para participarem das aulas e aplicar às alunas “castigos” que costumavam durar até 30 dias. Procurava-se esclarecer, junto à direção do presídio, que qualquer das(os) alunas(os) que perdesse 25% da carga horária da disciplina estaria reprovada(o) – isso era uma exigência legal – e que, portanto, garantir a participação das(os) alunas(os) era muito importante para a realização do projeto. Contudo, durante a realização desta pesquisa, o IPA teve duas trocas de direção geral e reitoria; o presídio, cinco trocas na direção; e o curso de serviço social, três coordenações. Tais mudanças no âmbito da gestão do curso e instituições envolvidas no projeto enfraqueceram essa posição firme do IPA de cobrar, com determinação, a participação das presas durante as aulas.

que, sem o necessário acompanhamento jurídico, sem seus filhos, sem visitas familiares, é aguerrida e motivada para os estudos.

Você acha que as suas colegas de cela a respeitam mais agora por você estar fazendo um curso superior? Mudou alguma coisa?

Analice – É que na verdade elas não sabem nem o que eu estou fazendo. Entendeu?! E quem sabe me chama de doutora, entendeu. Então, a gente procura não falar, a gente procura agir, sempre agir melhor, dar conselhos para quem vai sair.

Falta quanto tempo para você sair?

Analice – Eu já era pra ter saído há muito tempo. Minha cadeia venceu em 2006, eu já deveria estar fora do sistema.

E não está por quê?

Analice – Por falta de advogado.

Eu me lembro que você ficava muito de castigo. Agora eu não tenho escutado mais relatos sobre os seus castigos. O que aconteceu?

Analice – Eu retirei a queixa, né, e eu aprendi a não bater de frente com eles. Porque aqui quem manda são eles. Até porque eu não quero mandar em nada mesmo. Então, como dizem as pessoas que costumam me chamar de revolucionária, porque eu quando eu quero uma coisa [...] eu sou uma pessoa que busco muito. É difícil tirar da minha cabeça. Hoje, eu já penso mais, bom, se der deu... se não der, eu posso tentar.

Qual a sua maior preocupação hoje?

Analice – Minha maior preocupação, eu acho que as pessoas tinham que ser mais informadas, mais educadas, porque às vezes na sociedade tem a responsabilidade total, e ela só vai se tornar rica se um dia eu poder contar minha experiência, ou essa pessoa passar pela minha experiência e poder ter outros horizontes.

Foi esse o confronto que o IPA promoveu. Como aceitar que uma pessoa que tenha cometido tantos delitos pudesse frequentar o mesmo espaço de sala de aula com os(as) agentes penitenciários(as), que detêm o poder das chaves das celas? Em algumas entrevistas, Analice foi mencionada por colegas e descrita como um “bicho” que virou “bicho humano”.

Embora se revele como uma experiência inovadora, durante esse período de pesquisa percebeu-se que, passado o primeiro momento (que durou aproximadamente até 2006), o projeto deixou de ser noticiado e comentado com tanta frequência. Em vários eventos ocorridos em Porto Alegre, cuja temática foi “Educação Prisional”, promovidos pela Susepe em parceria com universidades e o Ministério da Educação, o IPA não foi convidado a participar. Percebeu-se que à medida que as alunas apenas migravam para o *campus* central, houve um silenciamento,

“Elas não sabem nem o que eu estou fazendo. Entendeu?! E quem sabe me chama de doutora, entendeu”

Como aceitar que uma pessoa que tenha cometido tantos delitos pudesse frequentar o mesmo espaço de sala de aula com os(as) agentes penitenciários(as)?

uma espécie de invisibilidade por parte da Susepe e do próprio IPA, uma vez que muitos(as) dos(as) funcionários(as) e professores(as) e alunos(as) sequer possuem conhecimento do referido projeto.

O resultado de uma enquete realizada pela ouvidoria do IPA parece confirmar a invisibilidade e indicar que ela ocorre também em nível interno.

Professora, você acha que será dito que somos alunas do presídio?”

Quadro 1 – Pesquisa sobre o curso no presídio

Você sabia que o IPA oferece curso de graduação em Serviço Social no Presídio Feminino Madre Pelletier?	
Sim, ouvi falar muitas vezes sobre o projeto	233 / 33.33%
Sim, ouvi falar sobre o projeto uma vez	97 / 13.88%
Nunca ouvi falar sobre o projeto	369 / 52.79%
Total: 699 votos	
Data inicial: 16/07/2009	
Data de término: 16/08/2009	

Fonte: Sistema Adimim – Centro Universitário Metodista IPA

Em uma das últimas entrevistas que compõem o trabalho de campo deste estudo, realizadas com agentes e funcionários(as) da Susepe, ocorreu um fato que nos parece explicativo dessa invisibilidade, desse silêncio. Terminada a longa entrevista com nossa aluna funcionária da Susepe, percebi certa inquietude nela. Com câmera ligada, perguntei se ela gostaria de dizer mais alguma coisa, ela parou por instantes, pensou e disse “não”. Feitos os agradecimentos, guardei todo meu material e a acompanhei até a sala onde trabalha para que me alcançasse o telefone para contato com algumas outras colegas ainda não entrevistadas. Ao sair, Fátima me olhou um pouco acanhada e me perguntou: “Professora, já me disseram que a formatura ocorrerá junto com a outra turma e estarão presentes, todas aquelas pessoas, você acha que será dito que somos alunas do presídio?” Perguntei: “Isso faria diferença para você?” Sem me olhar nos olhos, respondeu que não, mas percebi o quanto é difícil para ela e para as demais colegas carregarem a “marca” de ter estudado dentro de um presídio junto com apenas, e que só o fazem por ser a única oportunidade que tiveram na vida para realizarem um curso superior (Diário de campo, 22 de janeiro de 2009).

O exercício de ir a campo e “dar voz” às pessoas foi muito elucidativo para compreender essa questão. Se por um lado parece difícil para a Susepe, que tem vários(as) funcionários(as) envolvidos(as) no projeto, noticiá-lo, divulgá-lo, é ainda mais difícil para as apenas que migram do PFMP e vão para o *campus* central. As entrevistas realizadas permitiram fazer o registro dessa trajetória marcada pelo estigma, pelas

As entrevistas realizadas permitiram fazer o registro dessa trajetória marcada pelo estigma, pelas rupturas, pelo estranhamento com o novo e por uma adaptação feita “às escondidas”

rupturas, pelo estranhamento com o novo e por uma adaptação feita “às escondidas”.

Agentes e funcionários(as) também cuidavam com o que falavam, especialmente no que tange à opinião pessoal sobre presos, penalidades e políticas de encarceramento, pois isso era tomado como desrespeito pelas colegas apenadas e, como no espaço de sala de aula não havia serviço de “segurança”, se sentiam expostos(as) a uma reação (por sinal, muito provável) por parte das apenadas. À medida que o número de apenadas foi se reduzindo, em função da aquisição do benefício do regime semiaberto, essa preocupação diminuiu, mas não foi totalmente eliminada.

O espaço da sala de aula, frequentado por grupos distintos, constituiu-se como um espaço de confrontação de poder que de modo algum pode ser percebido em apenas um dos grupos; embora se revelando de modo diferente, ele está presente em todas as pessoas, independentemente do grupo a que estejam vinculadas. “Na verdade, esse sistema em que vivemos não pode suportar nada: daí sua fragilidade radical em cada ponto, ao mesmo tempo em que sua força de repressão global” (FOUCAULT, 2006, p. 40).

Agentes e funcionários(as) reconheciam que as relações de força naquele espaço eram demarcadas pelo objetivo que os distintos grupos mantinham em comum. A ordem mantida nas relações emerge dessa negociação moral, dessa relação de confiança estabelecida de forma discursiva.

A motivação da mulher em situação de privação da liberdade para o processo de escolarização

[...] e a J. Marta?

GILSIA – Essa tá lá... ela tá foragida, na verdade, porque ela foi pro semiaberto. Ela nem começou o curso, eu me lembro. Ela não começou o curso, eu me lembro, ela só fez o vestibular. [...] A H., ela só fez a prova... [...] F. P.? Não sei quem é também. [...] A M. saiu bem antes de qualquer coisa, ela não chegou nem a começar.

As estatísticas realizadas pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) mostram que a grande massa da população carcerária possui baixíssima escolaridade. Esta pesquisa, bem como relatórios produzidos pelo grupo de trabalho interministerial em 2008 e pelo Observatório de Direitos Humanos, revela que a baixa escolaridade e a situação de pobreza definem o perfil de mais de 70% das mulheres do PFMP.

Isso indica um fato social que merece ser bem compreendido em outros trabalhos de investigação, uma vez que aqui não nos cabe fazê-lo: afinal, quais são as correlações existentes entre a baixa escolarização

O espaço da sala de aula, frequentado por grupos distintos, constitui-se como um espaço de confrontação de poder que de modo algum pode ser percebido em apenas um dos grupos

A baixa escolaridade e a situação de pobreza definem o perfil de mais de 70% das mulheres do PFMP

e o crescimento dos marginais?⁵ Durante a realização desta pesquisa, embora não tenha sido respondida tal questão, ficou evidente que, entre as mulheres participantes do projeto no PFMP, o fracasso no processo educativo lhes retirou a confiança no futuro e acarretou uma falta de crença no presente. As entrevistas revelam que as reclusas “não acreditaram” que a proposta de um curso superior no presídio “pudesse ser verdade”, que “dentro daquele lugar” fosse possível “acontecer algo bom”, o que pode até mesmo ter levado quatro alunas a realizar o vestibular, conseguir aprovação e “desistir de iniciar o curso”.⁶ Revelam ainda que alguns(umas) agentes e funcionários(as) também desistiram de realizar o curso por considerar impossível conviver com presas e em função das pesadas escalas de trabalho a que são submetidos(as).

As reclusas “não acreditaram” que a proposta de um curso superior no presídio “pudesse ser verdade”, que “dentro daquele lugar” fosse possível “acontecer algo bom”

Há que se perguntar, diante disso, qual é a motivação de mulheres aprisionadas para a adesão a um projeto de inclusão social, pela via da educação, e se há por parte dessas pessoas, a quem propomos uma saída para inclusão, interesse que justifique não somente essa iniciativa do IPA, mas outros investimentos educacionais em presídios.

Infelizmente não foi possível entrevistar as alunas que não iniciaram o curso. Houve dificuldade de obter endereços, e mesmo naqueles que foram conseguidos, a pessoa não foi localizada. Existem situações de mulheres foragidas, e há dificuldade de obter informações sobre elas nas comunidades onde moram. Existe ainda a situação de pessoas que moravam em outros países, como Paraguai e Argentina, e que, ao obterem a liberdade, retornaram à pátria de origem. Contudo, a partir da análise das entrevistas realizadas com as alunas que permaneceram, algumas considerações são feitas, na tentativa de responder à questão anteriormente formulada.

Há que se perguntar qual é a motivação de mulheres aprisionadas para a adesão a um projeto de inclusão social, pela via da educação

Como já relatado neste trabalho, a população carcerária é constituída de jovens e pessoas adultas, com baixíssima escolaridade. No caso do PFMP, o cenário é o seguinte: mais de 97% das mulheres apenadas, em 2007, não haviam concluído o ensino médio; somando-se o percentual de analfabetas, apenas alfabetizadas e possuidoras do ensino fundamental incompleto, temos o expressivo índice de 71,99%. Constata-se por esses dados que quase a unanimidade dessa população ou não teve acesso à escolarização, ou teve acesso, por um determinado período, mas não obteve sucesso.

Esses dados possibilitam trabalhar com a hipótese de que essas pessoas, a quem se propõe uma escolarização em nível superior, terão uma baixa adesão, se comparadas a um público cuja experiência com

⁵ Neste texto, o termo “marginal” deve ser entendido como “aquele que se encontra à margem”, designando o excluído dos processos de inserção social.

⁶ Todas as expressões entre aspas são fragmentos das entrevistas feitas com Ana (em fevereiro de 2009) e Analice (em setembro de 2008), mas que podem ser encontradas em várias outras entrevistadas.

a escola foi bem-sucedida. Embora as alunas que prestaram o vestibular representassem o grupo com maior escolaridade no presídio, suas experiências com a escola foram interrompidas, de modo que não tiveram acesso ao ensino superior. A hipótese se confirma de imediato por meio dos dados de evasão, ou melhor, de não ingresso. Antes mesmo de conhecerem o projeto, mas após terem sido aprovadas no vestibular, quatro das 25 mulheres não aderiram, não acreditaram; não se sentiram motivadas e desistiram.

E as demais mulheres que ingressaram no curso? Estariam motivadas? Interessadas? As entrevistas revelam que não. Somente após a significativa mediação pedagógica das(os) professoras(es), a motivação ocorreu. Selecionamos alguns recortes de entrevistas que evidenciam uma desconfiança inicial e em seguida uma dedicação extremamente significativa:

Caso 1

Ana – O que o curso representa para mim? Olha, uma oportunidade. No começo eu não acreditava. Fiz o vestibular, estudei muito, passei, mas não achava que fosse ter naquele lugar algo de bom.

E os seus problemas na fala? Eu lembro-me que no dia do vestibular, que você tinha muita dificuldade para falar. Isso me preocupou.

Ana – Eu tinha uma dificuldade imensa. Acho que minha motivação, o esforço, meu interesse, eu tinha uma dificuldade pra falar as palavras e as pessoas me entenderem, e no momento que eu comecei a fazer o curso, eu pensei: “Não, eu tenho que me esforçar, se eu quiser ser uma profissional, eu não vou poder ser assim.” Aí eu fui me esforçando, mudei muito, muito. Eu colocava um espelho na minha frente e falava comigo mesma. Eu me tratei sozinha.

Como você se sente participando desse projeto, dentro do presídio? Como você se sente nesse contexto?

Ana – Posso dizer que me sinto uma pessoa reabilitada por causa do curso. Eu tenho algumas colegas presas que não continuaram. Eu entrei aqui sendo uma pessoa e vou sair outra. Eu entrei aqui sendo uma pessoa que roubava, eu tinha um comportamento impulsivo. E agora não, eu vou sair daqui uma assistente social. No caso, eu prejudicava a sociedade antes e agora eu vou sair daqui ajudando.

Caso 2

Qual a diferença que você viu?

Rodrigo – A diferença que eu vejo é que lá elas não tiveram a mesma oportunidade, porque tem muitas ali que desde que estão na barriga da mãe são rejeitadas. Elas não tiveram a oportunidade de ser outra coisa. Só essa diferença que eu vejo.

Embora as alunas que prestaram o vestibular representassem o grupo com maior escolaridade no presídio, suas experiências com a escola foram interrompidas

“Eu entrei aqui sendo uma pessoa que roubava, eu tinha um comportamento impulsivo. E agora não, eu vou sair daqui uma assistente social”

Caso 3

Analice – Na verdade, quem dá continuidade, é porque ela tá com intenção realmente de seguir outra vida. Aí sempre tem aquela história assim. Ah, eu não tive oportunidade de estudar, eu não tive a oportunidade disso ou daquilo outro, sabe? E aí dá essa oportunidade. Tem gente que realmente, bah, conseguiu. E aí vai dar continuidade porque realmente não quer mais viver naquela situação, então quer sair daquela situação. Então são *enes* os motivos, né?! Eu, por exemplo, eu já vinha há anos tentando uma faculdade e não conseguia, eu queria uma faculdade para concretizar os planos de conseguir coisas melhores para o futuro. E depois lá dentro eu consegui essa oportunidade, que lá fora eu não conseguia [risos] era mais difícil também.

No contexto da prisão, dadas as experiências anteriores das pessoas com a escola, existe uma baixa motivação para os estudos

Os casos aqui apontados, embora não estejam em uma sequência temporal, mostram que ocorreu um desenrolar de situações que evidenciam um caminho desde a “não adesão” de algumas até o envolvimento e autodeterminação das que ingressaram, que sistematizamos a seguir:

- No contexto da prisão, dadas as experiências anteriores das pessoas com a escola, existe uma baixa motivação para os estudos. Escola para elas representa um fracasso que já experimentaram. O insucesso anterior desmobiliza para uma nova oportunidade de escolarização. Não se acredita mais na escola e nas possibilidades que ela pode proporcionar, embora elas tenham demonstrado que continuavam a desejar a escola, haviam perdido a “crença” nela. Esse fator foi determinante para que um percentual significativo delas nem tentasse, desistisse de imediato.
- Mesmo as que com esforço e muito estudo conseguiram passar, também não acreditaram no projeto, nem que seria possível, dentro do presídio, ter acesso ao ensino⁷ superior, uma vez que nem fora dele haviam conseguido. Esse quadro de descrença começa a se modificar com a intervenção das(os) professoras(es). A atuação conjunta das(os) professoras(es) foi determinante para motivar as alunas para as aprendizagens e para o sucesso do projeto.
- Em função da dificuldade imperiosa de lidar com mulheres apenadas, com histórico de fracasso escolar, muitas experiências e projetos desenvolvidos em cárceres optam por ações mais práticas, com curso de pequena duração. Em vez de proporem mais escolarização, a tendência é optar por uma saída mais prá-

A atuação conjunta das(os) professoras(es) foi determinante para motivar as alunas para as aprendizagens e para o sucesso do projeto

7 Algumas mulheres se encontravam presas há muito tempo, por isso o IPA proporcionou seis meses de preparação para atualização dos conhecimentos básicos.

tica, que oferece uma possibilidade de renda, mas não qualifica do ponto de vista do conhecimento. A expectativa positiva do IPA, em relação ao caso estudado, foi perfeitamente correspondida. As alunas, ao perceberem que o ensino oferecido era diferente da experiência negativa que haviam tido e que as(os) professoras(es) demonstravam por elas profundo respeito, confiança e mobilizavam-se prontamente para ajudá-las, ainda que não fosse em situação específica da disciplina ministrada, a autodeterminação ocorreu. Elas se agarraram à oportunidade e demonstraram exemplar desempenho.

Destaca-se que a relação pedagógica diferenciada das(os) professoras(es) do curso impressionou as alunas. A atuação docente com um público relativamente difícil e envolvido nas situações criminosas as mais diversas resultou numa significativa experiência de mudança de lugar cultural por parte das mulheres apenadas, dos(as) funcionários(as) e dos(as) agentes penitenciários(as). Essa experiência positiva com a educação demonstrou servir de motivação para as outras mulheres, que não fazem parte do projeto, virem a frequentar a escola de educação básica dentro do presídio. Segundo relato da diretora da escola, havia duas ou três mulheres na escola, mas hoje mais de 130 mulheres frequentam a educação básica, na expectativa de virem a ter acesso ao ensino superior: “O público mudou também, porque elas pensam em fazer o ensino superior. Elas têm muito entusiasmo, mas ao mesmo tempo elas recuam, não sei se é uma depressão [...]”⁸

A fala da diretora mostra que a motivação acaba por ser determinante para a educação no sistema prisional. “Elas têm entusiasmo, mas ao mesmo tempo elas recuam, não sei se é uma depressão.” Embora a educação básica e a superior funcionem no mesmo espaço, e a adesão em termos quantitativos apresente uma evolução, na educação básica, a história anterior de fracasso em relação à escola se repete.

Diferentemente do que aconteceu com as alunas do ensino superior, que receberam material didático adequado e atualizado, uma metodologia de trabalho diferenciada, apoio emocional, apoio afetivo, manifestação de cuidado e proteção por parte das(os) colegas e das(os) professoras(es) capacitadas(os), o ensino básico oferecido às presas no PFMP, segundo entrevista feita com a diretora, enfrenta dificuldades estruturais que interferem diretamente na motivação e na adesão das mulheres ao projeto educativo.

A educação prisional é uma experiência boa para os(as) docentes. Tem-se a oportunidade de entrar num universo totalmente diferente

Essa experiência positiva com a educação demonstrou servir de motivação para as outras mulheres virem a frequentar a escola de educação básica dentro do presídio

A educação prisional é uma experiência boa para os(as) docentes. Tem-se a oportunidade de entrar num universo totalmente diferente do qual estão habituados(as)

⁸ Fragmento de entrevista com a diretora da escola de educação básica, que oferece EJA, realizada em agosto de 2008.

do qual estão habituados(as). Aprendem os vários sentidos da palavra liberdade, a importância da família, e aprendem a valorizar ainda mais os amigos, que mesmo não sendo parte da família, agem como se o fossem naqueles momentos de necessidade, de sofrimento e de alegria.

Apesar de ser uma boa experiência profissional e humana, “é um trabalho muito tenso [...] um público totalmente diferenciado. A gente não para, temos outra estrutura, tanto de recursos humanos, quanto de segurança.”⁹ O que a diretora chama de “outra estrutura” pode ser descrito como “falta de”. A equipe para atendimento a mais de cem alunas é constituída basicamente da diretora, professoras(es) e uma funcionária da biblioteca. As funções burocráticas são acumuladas inclusive com a função de segurança, e o tempo para dedicar-se às apenas fica muito mais comprometido. A relação entre professor(a) e aluna acaba por ser a mesma existente na escola regular, com a qual todas já se depararam e tiveram fracasso, sem muita inovação e adequação às necessidades específicas de aprendizagem. Esse Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (Neja), cujo objetivo é preparar para fazer as provas do ensino superior,¹⁰ conta com um pequeno grupo de professores(as) que se desdobram para ministrar várias disciplinas e suprir as muitas necessidades de aprendizagem das alunas.

Além da insuficiência em relação ao número de professores(as) e funcionários(as), a diretora demonstra saber que o problema da educação naquele espaço está: na falta de condições para o trabalho pedagógico; na carga horária insuficiente destinada aos(as) professores(as); na falta de planejamento das atividades de ensino, inviabilizado pelas poucas horas que os(as) professores(as) recebem para realizar o trabalho docente; na falta de tempo para atender as necessidades próprias daquele contexto, ou seja, carência de compreensão, de desabafo e de estabelecer laços afetivos, uma vez que, além de estarem longe dos filhos, família, são, como já mencionado neste trabalho, abandonadas pelos companheiros.

A diretora foi indagada se ela entendia que a escola seria capaz de atender a essas demandas das alunas, que não são específicas da escolarização e dos conteúdos. Ou seja, se seria possível esperar que as(os) professoras(es) suprissem as carências e necessidades manifestadas pelas alunas, e ela respondeu citando exemplos:

Diretora – Eu acho que sim. Nem todas mudam, mas algumas mostram bastante mudança, assim de comportamento, de olhar o futuro de outra maneira.

⁹ Fragmento de entrevista com a diretora da escola de educação básica, que oferece EJA, realizada em agosto de 2008.

¹⁰ Fragmento de entrevista com a diretora da escola de educação básica, que oferece EJA, realizada em agosto de 2008.

Apesar de ser uma boa experiência profissional e humana, “é um trabalho muito tenso [...] um público totalmente diferenciado

Além de estarem longe dos filhos, família, são, como já mencionado neste trabalho, abandonadas pelos companheiros

Algumas quantas? A maioria ou minoria?

Diretora – É porque o público aqui é bem diferente, o ano passado nós tivemos muitas meninas que saíram daqui com outra cabeça, pelo menos demonstraram, né?! Claro que o que elas fizeram lá fora a gente não sabe. Uma, a gente teve contato, ela está fazendo Direito na Unisinos¹¹ e a mãe dela abriu uma lojinha de R\$ 1,99, tá estudando, tá trabalhando, quer dizer, é uma resposta boa.

Portanto, além da falta de equipamentos de informática, bons livros, professores(as) com carga horária adequada ao trabalho com um público que requer atuação diferenciada, falta de segurança, de formação para lidar com público diferente, ainda assim foi possível identificar que existe um resultado positivo da educação. E o que mais chama a atenção é que, apesar de toda essa inadequação da escola, as alunas persistem, elas vão de manhã e à tarde, elas possuem vontade, mas dadas as condições, conforme relata a diretora, “elas recuam, têm depressão”. Em tal situação, quem não haveria de ter?

Assim como as alunas do IPA, o relato da diretora mostra que as alunas têm muito carinho pela escola: “Eu sinto que as presas têm muito carinho pela escola, respeito. Elas se sentem protegidas, elas têm vínculo, na verdade”. Constatamos ainda que a existência do ensino superior dentro do PFMP estimula a frequência à educação básica que passou a ser oferecida pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. A matrícula na educação básica é de aproximadamente 130 mulheres, número considerado alto se levado em conta que o presídio atende em média pouco mais de 400 mulheres e que, antes de o IPA iniciar o projeto, nenhuma estudava.

A mulher, dada a sua capacidade de luta na sociedade em geral, e também no cárcere, se agarra às oportunidades que lhe são oferecidas e busca superar as discriminações sociais das quais é vítima. Oportunizar às mulheres um processo de escolarização que atenda às suas necessidades significa muito mais do que inseri-las no mundo do trabalho, significa oportunizar à família, que na grande maioria das vezes mantém sob sua guarda, cuidados e manutenção financeira, que seja também beneficiada por sua mudança cultural, uma vez que se apropria de uma linguagem nova, novos conhecimentos, novas formas interpretativas do cotidiano, novas formas de relações pessoais e interpessoais e também porque adquire maior qualificação profissional, o que aumenta a possibilidade de inserção no mundo do trabalho.

Conforme visto, embora mulheres apenas possuíssem baixa motivação para adesão a um projeto de inclusão social, via escolarização, foi possível constatar que a maioria delas demonstrou engajamento ao projeto e melhoria significativa na autoestima. Ressalte-se, no entanto,

Oportunizar às mulheres um processo de escolarização que atenda às suas necessidades significa muito mais do que inseri-las no mundo do trabalho

Embora mulheres apenas possuíssem baixa motivação para adesão a um projeto de inclusão social, foi possível constatar que a maioria delas demonstrou melhoria significativa na autoestima

¹¹ Universidade Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo (RS).

que esse resultado está intrinsecamente ligado à mediação docente, à colaboração dos colegas da turma e ao grande empenho pessoal demonstrado durante todo o curso.

Considerações finais

Se a prisão já é algo difícil de suportar, ainda mais o é para a mulher, pois além da rede social de apoio a ela ser muito menor, se comparada à do homem, na maioria das vezes carrega consigo, mesmo presa, a responsabilidade para com os filhos. As dificuldades a serem enfrentadas são significativamente fortes e as atribuímos, dentre outros, ao impacto psicológico sofrido com o afastamento dos filhos, ao estigma, às poucas opções de trabalho, à falta de estrutura logística do presídio, que atenda às especificidades da mulher, e à falta de um projeto ressocializador.

As poucas possibilidades desenhadas para o futuro da mulher apenas são um elemento muito forte de desmotivação para um processo de escolarização

As poucas possibilidades desenhadas para o futuro da mulher apenas são um elemento muito forte de desmotivação para um processo de escolarização, para a qualificação profissional. Na experiência analisada, a acolhida na universidade, a discricção dos(as) professores(as), o acompanhamento da coordenação do curso, a equipe técnica do presídio (assistentes sociais do regime semiaberto e psicólogas) foram decisivos para que a motivação e a autoconfiança das mulheres que permaneceram no projeto se mantivessem.

Os resultados desse projeto relacionam-se com essas pessoas que estiveram silentes, mas agiram de forma solidária, ora lutando para alocar as mulheres egressas do regime fechado em uma atividade laboral, ora doando passagens, material didático, para que pudessem continuar os estudos, ora aquelas que se dispunham a ouvir os desabafos e, mesmo tendo pouco a compartilhar, compartilhavam palavras de esperança e ânimo.

Todas as mulheres que permanecem no projeto estão trabalhando ou estagiando

Os resultados, ainda que parciais, revelam dados otimistas. Todas as mulheres que permanecem no projeto (dez, das dezenove)¹² estão trabalhando ou estagiando, e isso parece indicar que o ensino regular formal pode ocorrer em contexto do cárcere com grandes possibilidades de sucesso ressocializador. Os casos de evasão, que ocorreram também com a categoria de agentes e funcionários(as), se deram, no caso das apenas, quando ganhavam a progressão do regime fechado para o semiaberto. Como o projeto do IPA não fez previsão orçamentária para garantir o transporte e material didático, muitas delas não tiveram como manter essas despesas e desistiram. Outras desistiram em razão da proibição dos maridos/companheiros para que prosseguissem com os estudos.

¹² Dados referentes à situação de março de 2009.

O estudo de caso realizado no PFMP parece indicar que a educação superior, no contexto do cárcere, assumida por universidade com condições estruturais e pedagógicas constitui-se em uma experiência de extremo significado tanto para a universidade, que aprende a operar num contexto totalmente diferente daquele habitualmente utilizado, quanto para as mulheres privadas de liberdade, que, marcadas por processos sociais de exclusão intensos, diante de uma oportunidade, assumem com muita determinação o projeto educativo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo técnico: Censo da educação superior*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2009.

DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 69-78.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, poder-saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 203-222. (Ditos & Escritos).

_____. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População jovem no Brasil*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm>. Acesso em: 3 jun. 2008.

PORTAL SUSEPE. *Notícias*. Disponível em: <<http://www.susepe.rs.gov.br>>. Acesso em: 19 maio 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. Termo de convênio 100/2005. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, p. 36, 16 dez. 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

WOLFF, Maria Palma. *Mulheres e prisão: A experiência do Observatório de Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

A educação superior, no contexto do cárcere, assumida por universidade com condições estruturais e pedagógicas constitui-se em uma experiência de extremo significado tanto para a universidade quanto para as mulheres privadas de liberdade
